

Maioria na Constituinte não aceita o Estado empresário e perdulário

BRASÍLIA — O Governo deveria promover um drástico corte nos gastos públicos, reduzindo a folha de pagamentos e economizando material, e restringir suas atividades empresariais, concentrando recursos em serviços públicos, como educação, saúde, alimentação, saneamento, justiça e segurança. Esta é a opinião da maioria dos constituintes, de acordo com uma pesquisa encomendada pela Secretaria do Planejamento.

No caso dos investimentos públicos, a maioria dos parlamentares acha que o País necessita mais de projetos de investimento com altas taxas de retorno social e rápida maturação — em consonância com o atual quadro de restrições de recursos internos e externos — do que obras de impacto e grande vulto.

A pesquisa, realizada no mês passado, constou de um questionário de 177 perguntas que foram respondidas por 200 constituintes de todos os partidos, na proporção de cada bancada.

Pacto social teria aval da Assembléia

BRASÍLIA — A proposta de pacto social feita pelo Governo não progrediu entre patrões e trabalhadores e nem prosperou nas discussões partidárias, mas tem o apoio da maioria dos constituintes, de acordo com a pesquisa da Seplan.

Os parlamentares entendem que o pacto é a melhor forma de "corrigir distorções e acomodar conflitos entre as classes sociais do País". A segunda solução preferida pelos constituintes é a "institucionalização de novas formas de participação dos empregados dentro das empresas".

Em função do resultado da pesquisa, a Seplan modificou seu Programa de Ação Governamental, que deverá ser entregue ao Presidente Sarney nos próximos dias, incluindo entre as prioridades um programa habitacional para as populações mais carentes, conforme o desejo da maioria dos constituintes.

O Nordeste e o Centro-Oeste, pela ordem, são as regiões que merecem maior aplicação de recursos federais, conforme a pesquisa. O setor agrícola deve receber mais atenção do Governo e, na área social, o maior volume de recursos deve ser destinado à educação, seguida da saúde. A maioria esmagadora dos constituintes é a favor, ainda, de uma descentralização de encargos, sobretudo na área educacional.



Pesquisa revela que dois terços dos constituintes são a favor do FMI

BRASÍLIA — Dois terços dos constituintes apóiam, de acordo com a pesquisa da Seplan, "contatos normais com o sistema financeiro internacional e com as instituições financeiras multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI". A maioria dos constituintes não concorda com as afirmações de que os acordos com o Fundo Monetário Internacional são "nocivos ao País", que a reserva de mercado deveria ser estendida a setores de tecnologia de ponta ou, ainda, que o mercado interno deve ser privilegiado.

Embora a Comissão de Sistematização tenha aprovado projeto de decisão do Deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), proibindo a conversão da dívida externa em capital de risco, a maioria dos constituintes apóia esta iniciativa, uma das fórmulas encontradas pelo Governo para enfrentar a questão da dívida externa.

No item "setor externo" da pesquisa, as respostas foram moderadas. A grande maioria entende que o capital estrangeiro "é importante e contribui para o processo de crescimento da economia, mas sua atuação deveria ser limitada a determinados setores e sujeita a controle pelo Estado". Foram rejeitadas as alternativas que consideravam importante o ingresso de capital externo e eliminavam restrições à sua atuação, e a que o considerava pernicioso e de-

terminava que fosse restringido ao mínimo possível de atividades.

A maioria dos constituintes entende, também, que a participação de poupança externa deveria ser permitida a um conjunto de setores previamente determinados e, no caso de empréstimos, deveriam ser tomados tanto os Estados e municípios como as empresas estatais e privadas. A conversão da dívida deveria atingir especialmente o setor industrial e o de tecnologia de ponta.

A remessa de lucros para o exterior, conforme a pesquisa, deveria ser fixada em função da taxa média de juros pagos pela dívida externa brasileira. O sistema atual — remessa de até 12 por cento do lucro — foi rejeitado: menos de dez por cento dos consultados o apoiaram.

A pergunta sobre a definição de que seja uma empresa "genuinamente nacional", quatro em cinco constituintes optaram pela alternativa que permite uma posição mais flexível, desde que a maioria seja nacional, e rejeitaram "uma posição rígida, impedindo qualquer participação de capital estrangeiro em associação nacional". A maioria dos constituintes acha que as empresas públicas deveriam ser rentáveis e que o apoio do Governo à empresa privada nacional deveria ser limitado a setores previamente selecionados.

Abap adverte para prejuízo de Cz\$ 13 bilhões

BRASÍLIA — O Presidente da Associação Brasileira das Agências de Propaganda (Abap), Antônio Mafuz, disse ontem que, se a Constituinte proibir a veiculação de propaganda de medicamentos, cigarros, bebidas, agrotóxicos e formas de tratamento de saúde, os veículos de comunicação terão um prejuízo estimado, em valores atuais, em Cz\$ 13 bilhões anuais, cerca de 20 por cento do faturamento total.

— A aprovação do artigo 404 vai gerar nova crise no setor de propaganda e deverão ocorrer demissões nas agências e veículos de comunicação — previu Mafuz.

Ontem à tarde, 150 representantes das agências e veículos de comunicação de todo o País, distribuídos em pequenos grupos, visitaram as lideranças partidárias e diversos constituintes, numa ação que o Presidente da Abap qualificou de ostensiva, para demonstrar os prejuízos que o setor terá com a aprovação do artigo. Mafuz defendeu a proposta de que a regulamentação da propaganda deve ser feita em legislação ordinária.

— Não pretendemos legislar. Queremos informar e difundir a tese de que a regulamentação seja feita a partir de um exame criterioso e minucioso de cada produto.

Marfuz defendeu a liberdade de anunciar, na medida em que há liberdade para produzir. Lembrou que a URSS proíbe a veiculação de propaganda de bebida alcoólica, mas o consumo de vodka tem aumentado gradativamente e o País registra um dos maiores índices de alcoolismo.

Defendeu também o trabalho de regulamentação que vem sendo feito há oito anos pelo Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária (Conar), que, segundo ele, já sustou a veiculação de anúncios de medicamentos não licenciados e opera com eficiência, impedindo que a publicidade infrinja dispositivos éticos e até legais.

O Presidente da Abap considera que a sociedade deve participar de forma cada vez mais efetiva das decisões sobre a concessão de canais de rádio e televisão. É favorável à proposta do Senador José Richa (PMDB-PR) de um Conselho de representantes do Governo e da sociedade, em partes iguais, em lugar do poder absoluto do Presidente da República.

INFORME PUBLICITÁRIO

Salto no escuro

OS PARTIDÁRIOS da municipalização da Zona Oeste estão convidados a responder e divulgar a resposta, antes do plebiscito de setembro, sobre questão fundamental: qual a parcela da dívida do Município do Rio, interna e externa, que caberá ao novo município pagar?

POR ENQUANTO não se cuidou de esclarecer o assunto, prova de irresponsabilidade com que está sendo conduzida a questão. O novo município, se criado, já nascerá com dívida pesada a suportar sem que tenha recursos para cobrir compromissos herdados. Só se safaria desse problema se o Palácio Laranjeiras assumisse o compromisso de bancar a dívida, hipótese em que revelaria afinal sua posição na matéria contra a Prefeitura do Rio histórico.

PEDIR o "sim" ao povo da Zona Oeste, sem anteci-

par as dificuldades e o fardo da dívida, é no mínimo insensato.

A OBSERVAÇÃO é válida para todos os demais bairros onde existam partidários da municipalização contra o Rio.

COMO contribuição, oferecemos aos interessados o valor da dívida interna do Município, que era em 31 de dezembro de 1986 de Cz\$ 1.881.336.801,62; a externa somava a quantia de Cz\$ 1.871.156.970,86. Em dólares, a dívida externa alcançava US\$ 125.623.160,18. A taxa cambial em 31 de dezembro era em dólar igual a Cz\$ 14,895.

PODE-SE calcular o valor atual da dívida externa multiplicando os dólares devidos, após os acréscimos do risco de câmbio este ano, pela taxa do dia.

Cabral acolherá a proposta de consenso sobre anistia

BRASÍLIA — O Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral, anunciou ontem que aceitará a proposta de consenso sobre a anistia elaborada pelo Grupo Interpartidário e pelo Grupo dos 32, por considerá-la "a única alternativa viável". A proposta, criticada pelos partidos de esquerda, dispõe sobre a ampliação dos benefícios para praças e sargentos já anistiados pela Emenda 26, de 1985, mas não anistia os marinheiros punidos em 64 e não faz o ressarcimento dos prejuízos e nem reintegra os militares.

O Senador Agripino Maia (PFL-RN), autor da proposta, informa que chegou a esta alternativa a partir de informações colhidas junto a assessores militares, já que não vinha encontrando sugestões viáveis entre os partidos políticos. Como ele explica, havia somente propostas radicais:

— De um lado, tínhamos a proposta do projeto do Cabral, que previa a reintegração e o ressarcimento. Isto não passaria. De outro lado, tínhamos a Emenda 26, que não avançava em nada, e a proposta de supressão. A nossa proposta é a fórmula que permite avançar, mas sem causar enfrentamento em plenário.

Na condição de relator do Grupo Interpartidário, Agripino Maia co-

lheu informações basicamente com três assessores: o Coronel Pedro Josino Cordeiro (Aeronáutica), o Coronel Roure (Exército) e o Capitão de Mar e Guerra Reguffe (Marinha). Mas também estiveram em seu gabinete representantes dos anistiados.

O texto da proposta de consenso entre os dois grupos é o seguinte:

"É concedida anistia ampla, geral e irrestrita a todos os que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação desta Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por qualquer diploma legal, atos institucionais ou complementares, e aos que foram abrangidos pelos Decretos Legislativos 18/61 e 864/69, asseguradas as promoções por mérito ou por antiguidade, na aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação, de conformidade com as leis e regulamentos vigentes".

O projeto original, aprovado pelo Grupo Interpartidário, previa a anistia também para os militares cassados por atos administrativos, desde que comprovadamente por motivação política. Isto incluiria aproximadamente 2.000 fuzileiros navais cassados em 64. O Grupo dos 32 rejeitou essa parte.

Campos defende privatização e predomina no debate econômico

BRASÍLIA — As idéias favoráveis à privatização da economia prevaleceram no debate sobre a Ordem Econômica, realizado terça-feira à noite, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Iniciada com um pronunciamento do Senador Roberto Campos (PDS-MT), a sessão teve intensa participação do grupo "liberal", que criticou severamente a intervenção do Estado e o excesso de detalhamento do anteprojeto aprovado pela Comissão de Sistematização. Com maior ou menor ênfase, a maioria apoiou a definição de Campos:

— O texto constitucional deve ser feito basicamente para proteger o indivíduo contra o arbítrio do Estado, estabelecer adequado balanço entre os poderes, delinear princípios econômicos, sociais e culturais para o livre exercício da criatividade individual, encontrando a liberdade de cada um seu único limite no respeito à liberdade de terceiros. Isso e nada mais.

Para o Deputado e ex-Ministro Francisco Dornelles (PFL-RJ), a principal vantagem de uma Constituição concisa é conter apenas os princípios fundamentais. Isso possibilita à sociedade adaptá-la, através da legislação ordinária, às características ideológicas de cada Governo eleito, atendido o critério democrático da alternância no poder.

— Escrever uma Constituição de "direita" ou de "esquerda" para resolver as contradições da nossa sociedade é cassar o direito do povo de mudar de opinião — preveniu.

Para Dornelles, a futura carta deve priorizar a empresa privada e deixar ao Estado unicamente o papel de



Campos chama monopólio de totem

fiscal e controlador do equilíbrio da atividade econômica, que deve atender à coletividade.

Roberto Campos abordou quatro temas: papel do Estado na economia, empresa nacional, reserva de mercado e monopólio. Os dois últimos conceitos são, para ele, absolutamente incompatíveis com o capitalismo democrático e, em tese, devem simplesmente desaparecer. O Senador previu que a nova Constituição repetirá a de 1967 com referência ao monopólio do petróleo, assimilado pela jurisprudência brasileira como "feticho, totem ou tabu, conforme a preferência dos supersticiosos".

— Minha única esperança é que não estiquemos o texto constitucio-

nal além dos limites da Lei 2.004 — disse.

Preocupado com a possibilidade de ser ampliado o princípio do monopólio nacional, hoje restrito ao petróleo, prosseguiu:

— Que não nos inflinjam o raciocínio infantil de que o monopólio é requisito de soberania. Pois se assim fosse, as sete maiores potências econômicas e militares do mundo capitalista não seriam soberanas, pois nenhuma delas cultua a vaca sagrada do monopólio.

O conceito de empresa nacional, segundo ele, sequer é assunto constitucional. Deveria continuar a obedecer os critérios estabelecidos na Lei das Sociedades Anônimas, que as define como empresas "constituídas de acordo com as leis do Brasil e que aqui mantêm sua sede de direção". A alteração desse princípio importaria, no entender de Campos, inúmeros problemas de ordem jurídica e fiscal no Brasil e no exterior, o que contribuiria ainda mais para o afastamento do capital estrangeiro do País.

Falando em nome do PMDB, o Senador Albano Franco defendeu, em linhas gerais, os mesmos conceitos de Campos e Dornelles, considerando a ingerência do Estado na economia como um dos grandes entraves para o desenvolvimento social. A tendência estatizante, assim como o detalhismo constitucional, para Franco, já são marcas culturais brasileiras, e dificilmente serão eliminadas pela nova Carta. Mas mantida a atual organização, ele prevê um futuro sombrio para "uma sociedade carente, tensa e propensa ao conflito".